



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000412029**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1008943-86.2024.8.26.0506/50000, da Comarca de Ribeirão Preto, em que é embargante GABRIELA APARECIDA SANTOS DA CRUZ (JUSTIÇA GRATUITA), é embargado BOA VISTA SERVICOS S A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROGÉRIO MURILLO PEREIRA CIMINO (Presidente sem voto), ALFREDO ATTÍE E DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

**DARIO GAYOSO**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

**Voto 9353**

**Embargos de Declaração 1008943-86.2024.8.26.0506/50000**

**Embargante: GABRIELA APARECIDA SANTOS DA CRUZ**

**Embargada: BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR GABRIELA APARECIDA SANTOS DA CRUZ. Não acolhimento.**

**Vícios que autorizam embargos declaratórios (erro material, omissão, contradição e obscuridade) devem estar contidos no próprio ato judicial e não decorrentes de interpretação diversa que busca outra solução para o litígio. Inteligência do artigo 1.022, do Código de Processo Civil.**

**EMBARGOS REJEITADOS.**

Vistos.

Recebo, conheço, mas não acolho os embargos de declaração opostos por **GABRIELA APARECIDA SANTOS DA CRUZ** (p. 01/06), observada a ausência de contraminuta.

Não há vício no acórdão (p. 367/372 dos autos principais), como alegado pela embargante.

O posicionamento contrário ao julgado mostra nítido caráter infringente, tratando-se de mero inconformismo que deverá ser deduzido em sede adequada.

O julgado explicitou as razões que levaram ao desprovimento do recurso de apelação interposto pela embargante com a manutenção da improcedência da ação.

O acórdão ressaltou que a disponibilização de dados pessoais com a finalidade de alimentar o cadastro positivo de consumidores para facilitar a concessão de crédito é lícita e independe de consentimento sendo colacionada jurisprudência que corrobora com o referido posicionamento e destacado: **“(...) Ainda que se pudesse considerar a inserção no cadastro de informações excessivas, como por exemplo o número de telefone do consumidor (artigo 3º, § 3º, I, da Lei 12.414/2011), a divulgação, por si só, não gera dever de indenizar (...)”** (destaquei) (p. 371 dos autos principais, especificamente).

Note-se que os defeitos que autorizam embargos declaratórios (erro



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

material, omissão, contradição ou obscuridade) devem estar contidos no próprio ato judicial e não devem ser decorrentes de interpretações diversas que poderiam levar a outra solução do litígio.

Nesse contexto, **pelo meu voto, REJEITAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

**DARIO GAYOSO**

**Relator**